

Vinicius Zuniga Fagotti¹
 Arthur Gomes Moreira²
 Marcelo Arend³
 Glaison Augusto Guerrero⁴

O Brasil no século XXI e a desconstrução permanente: uma análise institucional-furtadiana da crise contemporânea

RESUMO

O artigo pretende analisar a economia brasileira no século XXI a partir da problemática levantada por Celso Furtado em 1992, no livro *Brasil: a construção interrompida*. Mostramos que o Brasil nas últimas quatro décadas tem ficado para trás na dinâmica internacional, em termos de desempenho de seu PIB, indústria e produtividade. Interpretamos a dependência cultural furtadiana, no século XXI, como uma exacerbação da condição do subdesenvolvimento, através de uma leitura institucionalista. Os governos recentes, Temer e Bolsonaro são analisados, e sob a perspectiva furtadiana ambos representam o atual estágio da “desconstrução nacional”.

Palavras-chave

Celso Furtado; Dependência Cultural; Construção Interrompida; Instituições; Governos Temer e Bolsonaro.

ABSTRACT

This article analyses the Brazilian economy in the 21st century from the perspective of the issues raised by Celso Furtado in 1992, in his book “Brazil: the interrupted construction”. We show that Brazil has fallen behind in the international dynamic over the last four decades, in terms of the performance of its GDP, industry and its productivity. We view the Furtadian cultural dependence, in the 21st century as an exacerbation of the condition of underdevelopment, from an institutionalist point of view. Recent governments, namely those of the Temer and Bolsonaro administrations are here analysed and from the Furtadian perspective, both represent the current stage of “national deconstruction”.

Keywords

Celso Furtado; Cultural dependence; Interrupted Construction; Institutions; Temer and Bolsonaro. Administration.

1. Mestrando em Economia na Scuola Superiore Sant’Anna e Università di Pisa (Itália).
2. Doutorando em Science and Technology Policy Studies (Inglaterra).
3. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
4. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1. Introdução

O presente artigo procura avançar em duas problemáticas brasileiras caras ao pensamento de Celso Furtado, com o objetivo de refletir o Brasil no século XXI. A primeira baseia-se no seu diagnóstico, realizado no início dos anos 1990, que apontava para a “construção interrompida” do Brasil, em razão das intensas mudanças na economia internacional desde a crise da dívida externa nos anos 1980. A segunda advém da compreensão do Brasil enquanto nação subdesenvolvida, promotora de heterogeneidade social e subordinada aos centros hegemônicos, em termos tecnológicos e financeiros. Em relação a essa segunda temática, Celso Furtado brindou o pensamento estruturalista latino-americano com sua versão original da dependência: a dependência cultural.

A reflexão, portanto, está assentada em dois eixos estruturantes, que procuraremos unificar, para uma melhor compreensão da economia brasileira no século XXI, sobretudo na crise econômica e social contemporânea. Parafraçando Celso Furtado, intitulamos nosso estudo como “desconstrução permanente”. Isso quer dizer que consideramos que a economia e a sociedade brasileira não apenas interromperam seu processo construtivo, mas que intensificaram sua desconstrução no limiar do século XXI. Para isso, ancoraremos nosso diagnóstico da situação atual a partir do conceito furtadiano de dependência cultural, desde uma perspectiva institucionalista evolucionária.

A rigor, esse artigo considera que a dependência furtadiana, mazela responsável por engendrar o subdesenvolvimento, pode ser metodologicamente reconstruída e aprimorada se conceitualmente entendida não como um produto cultural, mas como uma instituição. Em verdade, essa é nossa maior pretensão: reiterar a ideia acadêmica, a de *dependência institucional-cognitiva*, já presente em Arend, Fagotti e Moreira (2020). Nossa hipótese é a de que a trajetória cognitiva e institucional brasileira, intensificada no século XXI, obriga o país a trilhar um caminho tecnológica e financeiramente servil, de “desconstrução permanente”.

O artigo está estruturado em cinco seções. Além desta introdução, a seção 2 discute o livro *Brasil: a construção interrompida* (FURTADO, 1992), e avança em dados e estatísticas sobre a economia brasileira no século XXI, evidenciando a crise econômica contemporânea como a maior da história brasileira. A seção 3 apresenta o conceito de dependência institucional-cognitiva, salientando seu poder aprisionador. Na

seção 4 procuramos analisar a sociedade e a economia brasileira contemporâneas e, a partir do conceito de dependência institucional-cognitiva, defendemos nossa hipótese: a “desconstrução permanente” no século XXI. Analisamos os últimos governos, Temer e Bolsonaro, a partir dos cinco recursos de poder elencados por Furtado (1978), quais sejam: o maior controle sobre (a) os recursos financeiros, (b) os mercados internos, (c) os estoques de recursos não-renováveis, (d) a mão de obra barata e, sobretudo, (e) a tecnologia. A seção 5 encerra o artigo com suas considerações finais.

2. A construção interrompida e o Brasil no limiar do século XXI

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação (FURTADO, 1992, p. 35).

Em 1992, após uma década de estagnação econômica provocada pela crise da dívida externa e pelo processo de hiperinflação, Celso Furtado lançou um livro provocante no qual se indagava sobre o futuro do Estado brasileiro. *Brasil: a construção interrompida* é uma obra que investigava o papel do país em uma nova ordem internacional, emergente, marcada pela mundialização do capital, transnacionalização de empresas, abertura de mercados e declínio da potência norte-americana. Diante de um cenário de intensas transformações econômicas e institucionais em nível global, Furtado (1992) alertava para a problemática da interrupção da construção do sistema econômico brasileiro, assentado no dinamismo do mercado interno.

Em uma breve análise secular do desenvolvimento econômico brasileiro, Furtado (1992) retomou sua tese da dependência cultural, ancorado no conceito de *modernização*. Para o autor, as elites nacionais, como forma de emular padrões de consumo estrangeiros, instituem ao longo do tempo processos de modernização. A modernização seria a fonte primária da heterogeneidade social, característica típica de economias subdesenvolvidas, sem um grau mínimo de autonomia tecnológica e financeira.

Ocorre que o problema verdadeiro não consiste em saber o que deveria ter sido feito antes das transformações estruturais que conduziram o processo de *modernização*, e sim em descobrir como sair da armadilha do subdesenvolvimento. Os aumentos de produtividade devido à descoberta de vantagens comparativas na agricultura já se deram há muito tempo, e os seus frutos foram há muito absorvidos pela *modernização*. Por outro lado, o ingresso na industrialização também é coisa antiga, e seu efeito indisfarçável foi aumentar o dualismo social (FURTADO, 1992, p. 54).

A preocupação central de Furtado (1992) era a de retomar o crescimento econômico nacional num ambiente institucional democrático e inclusivo; quer dizer, Celso Furtado conjecturava maneiras de reativar o *motor* do desenvolvimento econômico do período anterior, o mercado interno e a integração das economias regionais, mas agora em um processo de crescente homogeneização social.

O processo de formação de um sistema econômico já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional. O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional (FURTADO, 1992, p. 13).

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992, p. 35).

Não escapava a Furtado (1992) que não bastava ao Brasil retomar o crescimento, mas que esse deveria ser acompanhado de medidas que promovessem a mitigação da exclusão social. Isso porque a industrialização brasileira, principal mecanismo econômico da construção nacional e integração dos mercados regionais, ocorreu com a promoção da desigualdade. Também, reformas econômicas pró-mercado, liberalizantes, tenderiam até mesmo a agravar a extrema desigualdade herdada do período da industrialização brasileira.

A ninguém escapa que o considerável aumento de produtividade ocorrido no Brasil nos últimos quarenta anos operou consistentemente no sentido de concentrar os ativos em poucas mãos, enquanto grandes massas da população permaneciam destituídas do mínimo de equipamento pessoal com que se valorizar nos mercados. Como modificar o mecanismo que conduz a essa perversa distribuição de ativos, ao nível das coisas e das habilitações pessoais, é a grande interrogação. Não cabe dúvida de que aí reside o fator decisivo na determinação da distribuição primária de renda. E das forças do mercado não se pode esperar senão que assegurem a reprodução dessa situação, e mesmo alimentem a tendência à sua agravação (FURTADO, 1992, p. 54).

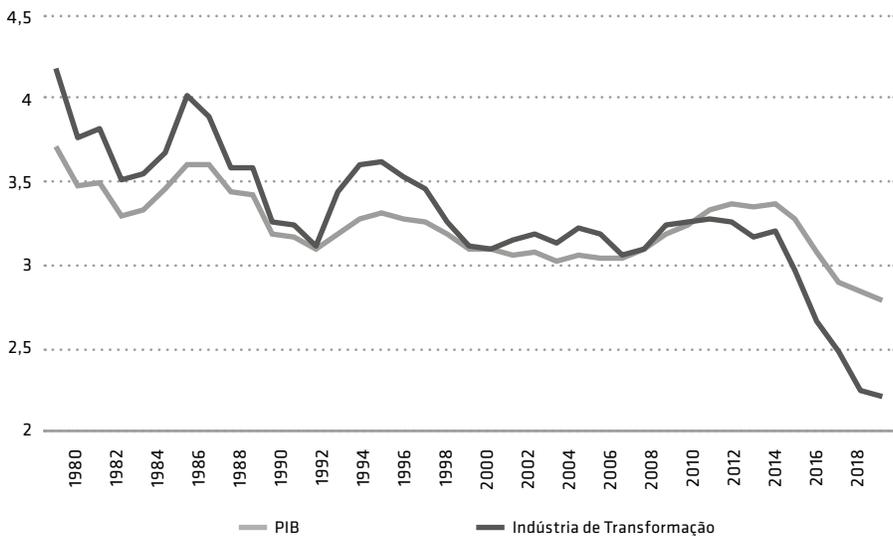
A partir dessa análise descrita por Celso Furtado em 1992, cabe retomarmos algumas questões levantadas pelo autor, praticamente três décadas depois. Qual foi o desempenho econômico brasileiro após a divulgação do livro *Brasil: a construção interrompida?* Qual posição atualmente ocupa a economia brasileira no cenário internacional? A questão da heterogeneidade social fora mitigada, a partir do fenecimento da dependência cultural e da instituição de processos de modernização? O Brasil retomou seu projeto nacional de desenvolvimento, avançando na construção de uma sociedade com maior autonomia tecnológica e financeira? Essas questões eram preocupações de Celso Furtado no final do século XX, e que procuraremos de maneira introdutória responder no presente artigo.

Inicialmente, apresentamos no Gráfico 1 a participação do Brasil na economia mundial no período de 1980 a 2018. Em 1980, o PIB brasileiro representava 3,7% da economia mundial. As duas décadas seguintes registram franca queda da participação do Brasil na economia mundial, evidenciando-se o *falling behind* brasileiro. A década de 2000 é a única que apresenta ganhos de participação da economia brasileira

no produto global. Entretanto, a partir de 2014 novamente o Brasil registra quedas consecutivas de participação no PIB mundial, chegando ao patamar mínimo da série em 2018, quando caiu para 2,78%.

Já o comportamento da indústria de transformação é ainda mais dramático, evidenciando o forte processo de desindustrialização prematura pela qual passa o país desde a década de 1980. Após ter alcançado a participação de 4,17% da manufatura mundial em 1980, a série encerra com uma participação de 2,2% em 2018. Portanto, em quatro décadas o Brasil perdeu praticamente 50% de participação relativa na indústria de transformação mundial. A queda de participação mais contundente deu-se no período recente, entre 2013 e 2018, pois em apenas cinco anos a indústria brasileira perdeu 1% do produto manufatureiro global.

Gráfico 1 | Participação do Brasil na Economia Mundial no período 1980 a 2018: PIB e Indústria



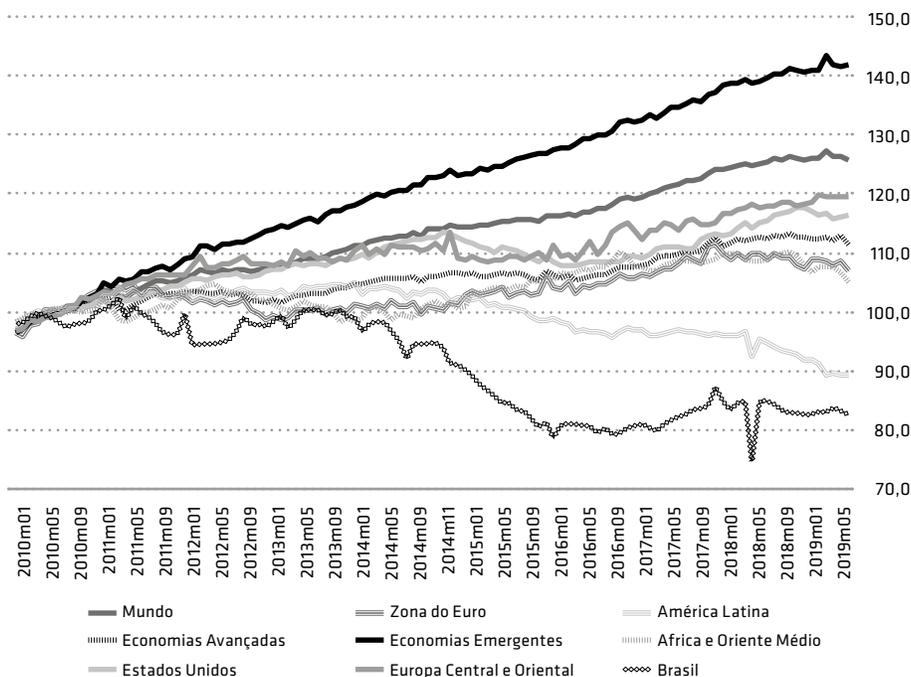
Fonte: Unctadstat

Obs.: A participação relativa do PIB e do Produto Manufatureiro brasileiro e mundial em US\$ constantes de 2010.

Aprofundando a análise da indústria brasileira no cenário internacional para um período mais recente, o Gráfico 2 mostra o crescimento acumulado do produto industrial mensal, do Brasil, do mundo e de países e regiões selecionados, no período de janeiro de 2010 a junho de 2019. O desempenho da indústria de transformação brasileira

é pífio, quando o relativizamos com qualquer região do mundo. Desde o ano de 2010 até meados de 2019, a indústria brasileira perde não somente em termos de crescimento para a média mundial, mas também para as economias avançadas, EUA, Zona do Euro, economias emergentes, Europa Central e Oriental, América Latina e África e Oriente Médio. A indústria brasileira está 20% abaixo do nível de produção alcançado em 2010. Praticamente todos os grupos de países que compõem a economia internacional apresentaram no período em tela um nível de produção em 2019 superior ao de 2010.

Gráfico 2 | Evolução da produção da indústria de transformação no período jan/2010 a jun/2019 - Dados Mensais (Número Índice = janeiro de 2010)



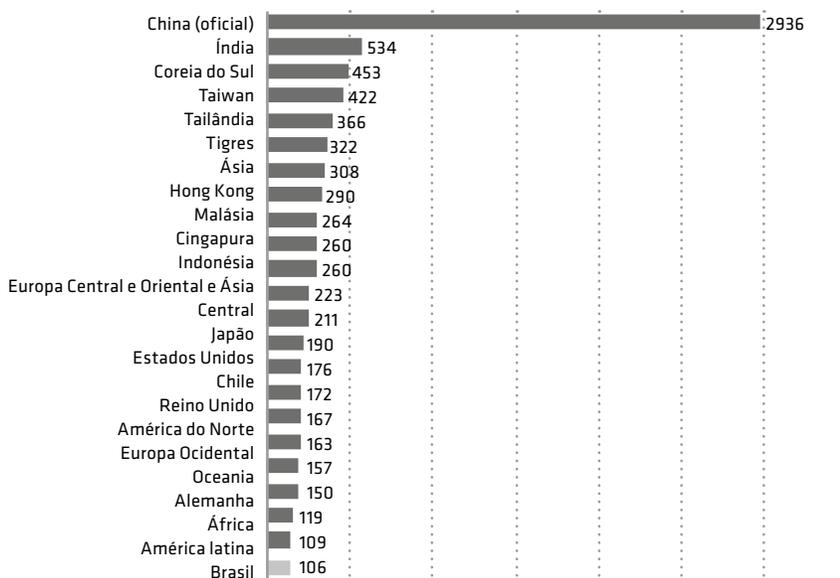
Fonte: Netherlands Bureau for Economic Policy e Ipeadata

Para Celso Furtado, o dinamismo econômico de um país deve-se, sobretudo, ao crescimento de sua produtividade no longo prazo. Conforme já mencionamos nas citações anteriores, foi excepcional o crescimento da produtividade brasileira durante o período da industrialização. Porém, suas repercussões em termos de distribuição de

renda foram nefastas a grande maioria da população.⁵ Dessa forma, qualquer demanda contemporânea na direção redistributiva, de uma maior participação dos mais pobres na renda nacional, passa pela condição necessária do crescimento da produtividade.

Os dados consolidados no Gráfico 3 mostram que no período 1980-2017 a produtividade do trabalho do Brasil apresentou crescimento pífito. Todos os países/regiões apresentados apresentaram crescimento da produtividade superior ao registrado pelo Brasil. Uma análise mais abrangente revela que no período 1980-2017 a Ásia e a Europa Central e Oriental foram as regiões que apresentaram maior crescimento da produtividade. A produtividade brasileira não obteve nem metade do crescimento registrado por estas regiões. O Brasil também não conseguiu acompanhar o crescimento da produtividade registrado pela América do Norte, Europa Ocidental e Oceania. No acumulado do período, a sua produtividade obteve apenas cerca de dois terços do crescimento destas regiões.

Gráfico 3 | Crescimento acumulado da produtividade do trabalho no período 1980-2017. (1980=100)

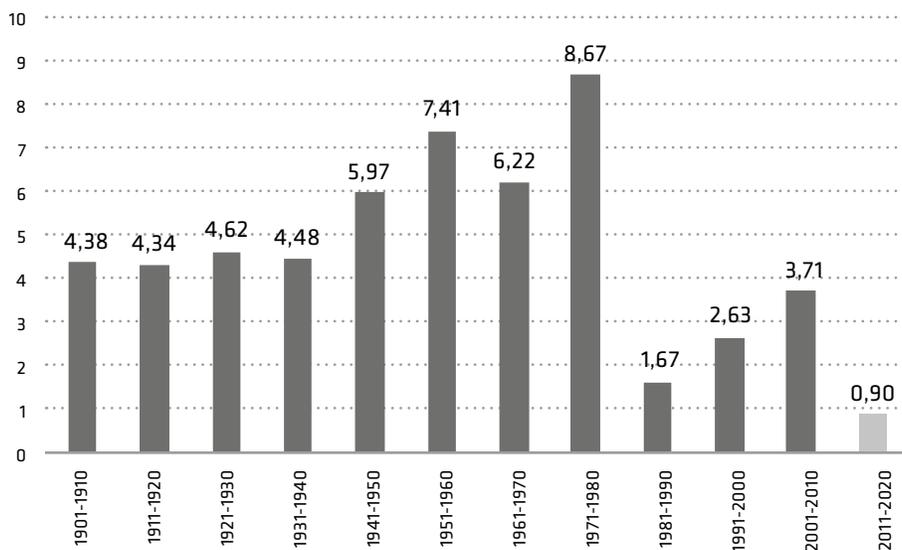


Fonte: Elaboração a partir de The Conference Board Total Economy Database (Adjusted version), Maio 2017

5. “A teoria do desenvolvimento trata de explicar as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (FURTADO, 2000, p. 15).

O Gráfico 4 mostra as taxas médias de crescimento decenais desde o início do século XX e revela que a década atual apresenta o pior desempenho econômico da história, percebido em perspectiva secular. A década atual promete superar a clássica “década perdida” da história econômica brasileira, os anos 1980, em termos da pior taxa média decenal de crescimento do PIB dos últimos 120 anos. No período 2011-2020 a economia brasileira apresentará uma taxa média de crescimento econômico de apenas 0,9% a.a., taxa próxima à metade da registrada na década de 1980, de 1,67% a.a.

Gráfico 4 | Brasil: Taxa de Crescimento Anual Média do PIB



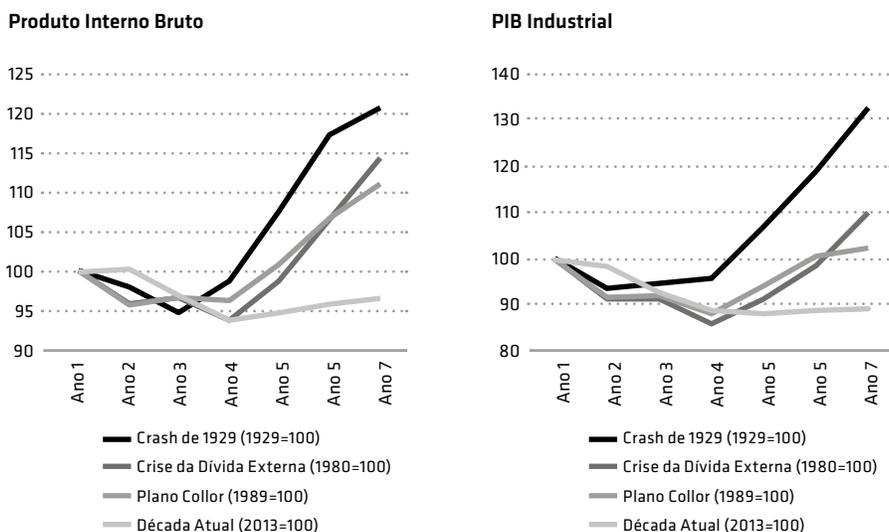
Fonte: IBGE

Obs: Projeções da taxa de crescimento do PIB; 2019 = 0,8% e 2020 = 2%.

Outra análise histórico/comparativa é apresentada no Gráfico 5 para as décadas de 1930, 1980, 1990 e 2010, que mostra em mais detalhes a evolução do PIB e da indústria brasileira nos primeiros sete anos desde o início de cada contração econômica. A crise da década de 1930, tal qual a crise atual, foram os dois únicos momentos em que a economia brasileira, em 120 anos, apresentou dois anos consecutivos de recuo na atividade econômica. Após o *Crash* de 1929, o PIB brasileiro caiu -2,1% em 1930 e -3,3% em 1931. Na década atual a atividade econômica recuou -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016.

Todavia, percebe-se que nos anos 1930 a economia brasileira já superava o nível de atividade econômica pré-crise (1929) em 1933, registrando crescimento sustentado nos anos seguintes. No cenário atual, após sete anos, em 2019, o nível de atividade econômica ainda não alcançou o patamar pré-crise (2013). As crises instaladas na economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 apresentam um padrão de recuperação similar ao ocorrido nos anos 1930, apesar de uma retomada mais lenta da atividade econômica. Portanto, dentre as maiores crises já manifestas na economia brasileira, a crise contemporânea é a mais grave, pela estagnação do PIB após iniciada a recessão.

Gráfico 5 | As maiores contrações da História Econômica do Brasil: PIB e Indústria



Fonte: IBGE

O Gráfico 5B também mostra o desempenho do produto industrial para as quatro grandes crises. O padrão do comportamento da indústria é similar ao retratado em termos de desempenho do PIB. Porém, uma diferença relevante entre as grandes crises deve ser destacada: a contração da produção industrial na crise atual é maior do que o recuo do PIB. Na década de 1930, pode-se afirmar que a recuperação do PIB foi puxada pelo vigoroso crescimento industrial, que registrou taxas de crescimento expressivas, dando início a uma mudança no modelo de desenvolvimento nacional, o processo de industrialização. Em 1935, o produto industrial já era 33% superior ao registrado em 1929. Em

relação à crise atual, o nível da produção industrial no ano de 2019 ainda é 12% inferior ao registrado em 2013. Na contramão das outras três grandes crises da história econômica brasileira, somente na situação atual o produto industrial não retomou ao seu patamar pré-crise, ampliando a estagnação econômica e, de forma mais acelerada, o processo de desindustrialização prematura que vem ocorrendo nas últimas décadas. Portanto, a crise econômica contemporânea é uma crise estabelecida na indústria brasileira.

É diante dessa conjuntura, de forte contração do produto industrial, estagnação econômica e elevação do desemprego que o Brasil cada vez mais distancia-se da fronteira tecnológica internacional. A crise dos anos 1930 abriu uma “janela de oportunidade” para o *catching up* nacional. Porém, as últimas três crises (1980, 1990, 2010) cada vez mais distanciam o Brasil das economias avançadas. Enquanto economias avançadas e emergentes instituem estratégias de desenvolvimento visando o ingresso na nova onda tecnoprodutiva, a economia brasileira atualmente encontra-se sem rumo e em manifestada depressão industrial. E o que é pior, cada vez mais o Brasil é ultrapassado por países retardatários, europeus, latino-americanos, africanos e asiáticos.

3. A dependência cultural entendida como um processo institucional cognitivo

Conforme argumentamos em Arend, Fagotti e Moreira (2020), o subdesenvolvimento furtadiano admite, como substrato fundador, um processo de “desracionalização” econômica. Fruto inicialmente da inserção subalterna na divisão internacional do trabalho, responsável por desacoplar progresso técnico e aumento de produtividade, esse desvio se torna progressivamente mais entrançado à lógica de entendimento econômico, de formação de preferências e tomada de decisão particulares aos agentes econômicos subdesenvolvidos. O que se cristaliza é um padrão de ação econômica que, para o caso do subdesenvolvimento, pressupõe heterogeneidade social e ineficiência econômica perene.

Rigorosamente, nos referimos à modernização furtadiana, ensejadora do mimetismo perdulário – socialmente irracional, por gerar curvas de demanda efetiva incompatíveis com o desenvolvimento econômico, e a particular proclividade ao enrai-

zamento que se observa neles (FURTADO, 1974, p. 81; 1992, p. 39; 1995, p. 6). Investigar as causas profundas da modernização é analisar a dependência cultural; mas, e essa é a nossa proposta, a essa dependência não basta o adjetivo cultural. A histerese do hábito econômico, o aprisionamento a padrões de comportamento e desempenho produtivos módicos, a ubiquidade do subdesenvolvimento, respondem a dinâmicas de enraizamento social que podem ser melhor exploradas.

Assim, parte fundamental do estudo empreendido neste artigo se assenta sobre o pressuposto que a dependência cultural furtadiana não é apenas cultural, mas *institucional-cognitiva*, e que, quando assim considerada, novas ferramentas analíticas se abrem ao estudo da perenidade do subdesenvolvimento (AREND; FAGOTTI; MOREIRA, 2020). Quer dizer, uma incursão ao estudo das instituições sociais e econômicas permite entender o porquê de certos arranjos e escolhas, tidos como irracionais sob outras lentes analíticas, serem não apenas possíveis, mas recorrentes, em economias capitalistas⁶. O presente estudo, ao comungar com o argumento furtadiano que o subdesenvolvimento é gestado pela dependência cultural e pela propensão ao mimetismo, progenitores dos desvios em racionalidade econômica e dos subsequentes fenômenos de heterogeneidade e desigualdade sociais, propõe que as causas profundas da dependência cultural, ao estarem conceitualmente amarradas à ideia de irracionalidade enraizada, estão umbilicalmente ligadas ao objeto de preocupação do novo institucionalismo.

Ademais, o inverso também é verdadeiro. O institucionalismo, ao versar sobre a importância dos processos econômicos e da dinâmica entre agentes e arcabouço institucional, também se beneficia muito da incursão aos componentes propriamente estruturais do desenvolvimentismo clássico. Isso é particularmente verdadeiro para o caso do estudo da histerese e aprisionamento institucionais. Assim, um esforço duplo se apresenta, de *institucionalização do estruturalismo* e *estruturalização do institucionalismo*. A partir dele, acreditamos ser possível revelar novas pistas do porquê de nos prostrarmos em desconstrução permanente. Por imposição de escopo, esse artigo se ocupa apenas do primeiro dos dois movimentos.

Pois bem. Instituições são arranjos sociais por meio dos quais escolhas, preferências e identidades são formados; são o arcabouço a partir do qual agentes econômicos

6. Ou, rigorosamente, qualquer ordenamento social, e não apenas aqueles orientados para o mercado.

tomam decisões e agem, sempre em reflexo cognitivo àquilo que emana de determinada instituição (VEBLEN, 1988 [1899]; HODGSON, 1998, 2004; DUGGER, 1988, 1980; STEIN, 1997). O primeiro nó conceitual a se ter em mente, e a primeira grande distinção do institucionalismo daqui utilizado àquele contido em North (1991, 1994) e Williamson (2000), é que instituições são criadas e, especialmente, transformadas pela ação de seus agentes. Instituições sociais, portanto, *surgem* da ação reiterada entre agentes e são o espaço por onde tais ações acontecem (HODGSON, 1998).

Aqui, talvez o leitor se pergunte, afinal, quem veio primeiro: o ovo ou a galinha? A resposta, ao bem da verdade, não é de tanta relevância, posto que no institucionalismo o importante é o processo subjacente à dinâmica econômica (DUGGER, 1988; BLYTH *et al.*, 2011). Para qualquer agente econômico, não existe ação prévia àquela permeada pela estrutura institucional (todo agente econômico “nasce” dentro de um arcabouço institucional exogenamente definido); ao mesmo tempo, nenhuma instituição resiste absolutamente inalterada depois de sucessivas ondas de ação e escolha por seus agentes (ao “morrer”, todo agente deixa para trás uma instituição diferente daquela com a qual começou). De maneira cíclica, agente e instituição se co-influenciam e co-evoluem (WENDT, 1992).

Instituições são os guias à ação para o agente e refletem as estruturas de poder e os padrões socialmente aceitos de comportamento, mas elas não determinam a maneira exata como tal agente se comporta. Isso porque o processo de deliberação de um ator econômico é cognitivo, o que significa que ele é livre e capaz de formular, a partir da interação (institucionalmente mediada) com outros agentes, o seu próprio entendimento de como agir economicamente, dadas as restrições e incentivos fornecidos pela instituição em vigor (LANE *et al.*, 1996; FLEETWOOD, 2008). E aqui se tem um segundo nó a se reter: instituições não são apenas estímulos ou desestímulos à ação econômica racional, mas arenas em que cada agente forma o seu *entendimento* do que significa agir racionalmente. Quer dizer, portanto, que a própria racionalidade econômica é intersubjetivamente condicionada por instituições. Mais além, significa que instituições são, ao mesmo tempo, gestantes da racionalidade econômica de uma sociedade e gestadas pelas evoluções incrementais e cumulativas dessa racionalidade (que é, afinal, produto também da ação *humana*).

A afirmação acima tem consequências poderosas e extensas. Das várias depreensões ligadas a ela, esse artigo se ocupa particularmente do processo de sedimentação

do comportamento econômico (CHANG; EVANS, 2005; ZYSMAN, 1994). Daquilo que convém chamar de aprisionamento institucional – quando uma sociedade não consegue se emancipar do entendimento de que determinada forma de ação é a normal (ou “correta”), mesmo sendo aparente de fora que ela é coletivamente ineficiente. E daquilo que se pode considerar como a causa desse aprisionamento, a histerese institucional (SETTERFIELD, 1993). Em outras palavras, esse estudo se ocupa de uma pergunta certamente incômoda a quem admite fluidez na relação entre agentes e instituições. A rigor: se há tanto dinamismo na determinação da forma do arcabouço institucional e no padrão socialmente aceito de comportamento econômico, por que cargas d’água economias se aprisionam a certos padrões de produção e têm trajetórias econômicas tão rigidamente determinadas, e por que essas configurações não raro são tão ineficientes ou irracionais? Apontar na direção da resposta a esses questionamentos é melhor entender também o porquê da persistência da dependência cultural furtadiana, uma vez que a modernização e o mimetismo perdulário, em verdade, carregam como consequência justamente o que acabou de ser delineado – padrões de produção ineficientes e trajetórias econômicas de longo prazo insatisfatórias.

A “pista” analítica é: instituições são dinâmicas, sim, e o relacionamento entre racionalidade e instituição é cíclico – o que, e como, escolho agir é transformado pela instituição que me fornece as lentes por meio das quais interpreto minhas opções e preferências, e o resultado da minha ação altera, mesmo que de forma incremental, o foco dessa lente. Além de ser cíclico, entretanto, esse processo é *cumulativo* (HODGSON, 1998). Ou seja, também deve ser entendido por meio dos efeitos que determinada decisão e determinada instituição têm sobre a *trajetória* criada a partir da coevolução de ambas (ZYSMAN, 1994). Aceitar a temporalidade do arcabouço institucional de uma economia é, acima de tudo, compreender que existem consequências particulares oriundas da idade institucional atuante sobre um arranjo produtivo (SETTERFIELD, 1993). Quer dizer, existem efeitos particulares sobre a fluidez de ação permitida por uma instituição a depender de sua idade, ou de quantas interações por ela foram mediadas.

De maneira abreviada, quanto mais reiterada a interação institucionalmente mediada, mais padronizados os entendimentos dos agentes e mais estreita a margem de ação permitida à divergência. Justamente em função dessa cumulatividade, afinal, que instituições são guias à ação. Ora, quanto mais frequente uma ação, mais ela é tida

como “segura” ou “certa” – atributos nada desprezíveis em economias monetárias⁷. Mas o fulcro do argumento vai além. Instituições formam redes *cognitivas* à ação, o que equivale dizer que elas padronizam não apenas o comportamento dos agentes, mas como eles interpretam seus comportamentos (WENDT, 1992). Mais do que simplesmente fornecer um livro de regras aos agentes, que por sua vez as aprendem e agem de acordo, instituições ensinam a própria *leitura* do livro. Essa leitura é fluída nas primeiras páginas do manual, mas quanto mais agentes leem e agem em consonância com uma instituição, e mais ela se molda a eles e estes se ajustam a ela, menos aberta a novas leituras ela fica. O entendimento coletivo se enrijece e, ao final, agentes esquecem que existem maneiras diferentes de decodificar tais regras, ou que outras regras possam ser sugeridas, e que diferentes maneiras de formar interesses, preferências e, essencialmente, agir economicamente são possíveis. Formalmente, o que se tem é que instituições são progressivamente tidas menos como arenas dinâmicas de coevolução e mais como fatos sociais imutáveis.

O efeito cumulativo do tempo e da ação humana sobre um arcabouço institucional é torná-lo exógeno aos olhos dos agentes econômicos. Precisamente isso que queremos dizer quando nos referimos à histerese institucional. Ela produz um tipo de aprisionamento duplo, corolário da existência de dois eixos dinâmicos em atuação, o agente e a instituição. Sumariamente, conforme a instituição reforça um tipo específico de comportamento econômico, a reiteração desse comportamento reforça a instituição que lhe serviu de aporte. Agente e instituição vão se calcificando, por assim dizer, e terminam aprisionados.

Por consequência, a trajetória econômica de uma economia se prostra presa à configuração institucional enraizada (SETTERFIELD, 1993; ZYSMAN, 1994; CHANG; EVANS, 2005). A histerese, pode-se argumentar, faz com que as “curvas” de uma economia se aprisionem, sedimentando padrões de consumo, de investimento, de oferta e demanda, mas mais além: se sedimenta a potencialidade criativa e de formação de capital, a propensão à exclusão social e apropriação forçosa do excedente, a proclividade à emulação perdulária e também a incapacidade de construção nacional. Como já se espera ter tornado evidente, a sedimentação do comportamento não

7. Com esse ponto em mente, é importante salientar o grande grau de complementaridade existente entre pós-keynesianos e institucionalistas. No concernente à segurança e à proteção contra incertezas, sugere-se a leitura do sociólogo Fligstein (2001, p. 26-55).

é necessariamente eficiente, porquanto uma ação institucionalmente racional é condicionada por parâmetros socialmente delineados. Cada instituição provê, por intermédio de sua respectiva lógica agente-instituição, a linguagem particular que define como agentes interpretam seus ganhos/perdas e decidem o que fazer (FLEETWOOD, 2008; DUGGER, 1988).

Interpretar o subdesenvolvimento pela ótica institucionalista proposta acima é buscar entender as engrenagens subjacentes à dependência cultural. Esse é o significado do recurso ao conceito de dependência *institucional-cognitiva* – entender as forças e os mecanismos por meio dos quais a modernização resiste entranhada e, apesar de periodicamente mudar de feição e recorrentemente culminar em crises econômicas seríssimas, jamais se desvanecer por completo. Como já argumentamos em pesquisas anteriores, a dependência é a instituição pétreo do subdesenvolvimento (AREND; FAGOTTI; MOREIRA, 2020). Ela é a essência, portanto, das vicissitudes socioeconômicas do Brasil; da construção autoritária à construção interrompida, e desta ao que parece ser a manifestação mais funesta do subdesenvolvimento: a desconstrução autoritária.

Defendemos, destarte, a hipótese de que a dependência cultural é uma instituição. Ela é uma forma de se entender interesses econômicos, surgida a partir de diversas interações entre agentes subalternos e dominantes, responsável por produzir um desejo mimético hoje enraizado no seio das considerações identitárias, e por condicionar os processos cognitivos subsequentes a ela. A causalidade constitutiva descendente particular a essa instituição, fomentadora da dependência, logrou subordinar decisivamente a trajetória econômica do Brasil, tornando-a cada vez mais subdesenvolvida, heterogênea, excludente e desigual. Historicamente, as várias fases dessa trajetória gestaram diferentes tipos de capitalismo brasileiros, de diferentes formas de regulação econômica: algumas mais propensas ao crescimento no passado, outras menos e, inclusive, estagnacionistas, como na conjuntura contemporânea; todas elas subdesenvolvidas e presas à sedimentação histórico-institucional da dependência.

No século XXI, a dependência cultural assume novos contornos, pois desde os anos 1990 o Brasil aceita uma postura dupla de aprofundamento do subdesenvolvimento. Ele simultaneamente (1) mergulha nos fluxos globalizados de produção, comércio e financeirização, potencializando os efeitos perniciosos de uma participação regressiva da divisão internacional do trabalho, e (2) aceita uma degeneração do tecido produtivo nacional, via desindustrialização, acentuando as disparidades entre pro-

gresso técnico e demanda modernizada, conseqüentemente intensificando a sistemática dependência à concentração de renda e exacerbando sua vulnerabilidade externa.

Com o exposto, há boas e más notícias. A dependência institucional-cognitiva, se considerada pela lente furtadiana, é uma instituição centenária, discutivelmente a mais antiga do capitalismo brasileiro. Seus efeitos, em matéria de histerese institucional, estão profundamente arraigados no tecido econômico do Brasil, o que significa que o subdesenvolvimento permanece severamente enraizado e a modernização a ele associada ainda condiciona a trajetória econômica brasileira de maneira decisiva. A dependência institucional-cognitiva resiste e é uma (enorme) barreira estrutural ao desenvolvimento econômico.

Mas nem tudo está perdido. Conforme sublinhado no início da seção, instituições são ontologicamente dinâmicas, mesmo se sujeitas a rigidezes cumulativas, não havendo razão para considerar que mudanças e melhoramentos sejam impossíveis. É certo que quanto mais antigo e reiterado é o arcabouço institucional, mais tido como imutável e certo, e mais difíceis e caros os esforços de ruptura – aliás, não são triviais os não poucos contragolpes conservadores na história brasileira. Ainda assim, instituições são produto dos homens e das mulheres que nelas interagem, e à reconstrução basta um esforço. Que tipo de esforço, sob quais riscos e com quais efeitos, cumpre a um projeto de pesquisa delinear. Por essas razões, pois, cumpre estabelecer a economia política da dependência institucional-cognitiva enquanto campo de investigação. O primeiro passo, a institucionalização do estruturalismo, encontra-se resumido aqui. É preciso agora refinar o caráter estrutural do aprisionamento institucional-cognitivo. Os tempos urgem.

4. O Brasil no século XXI e a desconstrução permanente

Interrompida a construção de um sistema econômico nacional, o papel dos líderes atuais seria o de liquidatários do projeto de desenvolvimento que cimentou a unidade do país e nos abriu uma grande opção histórica (FURTADO, 1992, p. 9).

Vimos nas seções anteriores que a dependência cultural reflete e é reflexo da inserção subordinada das economias dependentes no comércio mundial. Furtado (1978), ao pensar possibilidades de escapar à dependência e promover um esforço de encon-

tro ao subdesenvolvimento, sugere um esforço para controlar o que ele chama de “recursos de poder”. Estes refletem as relações de força na ordem econômica internacional. O maior controle sobre (a) os recursos financeiros, (b) os mercados internos, (c) os estoques de recursos não-renováveis, (d) a mão de obra barata e, sobretudo, (e) a tecnologia, é fundamental para um projeto de nação. A escalada neoliberal que o país atravessa parece demonstrar que o caminho adotado é contrário ao sugerido por Furtado e reforça o que temos chamado de dependência institucional-cognitiva.

Esta seção procurará analisar como a trajetória da sociedade brasileira contemporânea, principalmente a partir da quebra estrutural produzida pelo *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, vem enfraquecendo pontos essenciais para o controle desses cinco “recursos de poder”. Ao demonstrar o acirramento da dependência institucional-cognitiva defendemos nossa hipótese de “desconstrução permanente” no século XXI. Os âmbitos da cultura, educação, ciência e tecnologia, economia, comércio internacional, meio ambiente e geopolítica contemporâneos presentes nos discursos oficiais dos governos Temer (2016-18) e Bolsonaro (2019-20), noticiados pela imprensa, darão conta dos projetos de “modernização cultural” que parecem sistematicamente enfraquecer os recursos que formam as bases de um projeto endógeno de desenvolvimento, como defendido por Furtado.

Primeiramente, o controle dos recursos financeiros (a) reflete a capacidade de prover crédito para financiar projetos caros ao desenvolvimento. Nessa linha, tem fundamental papel os bancos estatais de investimento, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como defendem Mazzucato e Penna (2016), tais bancos têm quatro papéis fundamentais: financiamento contracíclico; financiamento desenvolvimentista, à la Schumpeter, na promoção de destruição criativa endógena; suporte paciente e de longo prazo a pequenos empreendedores; e financiamento para lidar com desafios específicos da trajetória tecnológica de um país, num movimento para a criação de novas tecnologias, novos setores e, possivelmente, novos mercados. Se entre 2002 e 2013 nota-se uma tendência crescente de oferta de crédito do BNDES, a partir de 2014 há vertiginosa retração dos desembolsos, principalmente para os setores industrial e de infraestrutura (ver *Boletim do Observatório da Indústria*, 2019). O seu papel fundamental de ferramenta de intervenção do Estado não tem apoio do modelo neoliberal adotado desde 2016. Desde então o banco tem sido alvo constante de acusações de corrupção (PAMPLONA, 2020), passando, inclusive, por uma

Comissão Parlamentar de Inquérito (BOLDRINI, 2019) e por onerosas auditorias⁸ que não revelaram indícios de corrupção.

O controle sobre o amplo mercado interno brasileiro (b) vai além da imposição de barreiras tarifárias. Dado o prejuízo social de concentração da oferta por empresas transnacionais, a cessão de exploração do mercado interno para grupos internacionais deveria vir acompanhada de requerimentos para transferência progressiva dos centros de decisão para o setor interno, defende Furtado (1978). Acordos regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ao expandir o montante de participantes, também aumentam o poder de barganha dos países envolvidos para a cessão de tecnologia a custos menos onerosos.

A expansão do mercado interno também se dá através do combate à pobreza e à desigualdade. As políticas de combate à pobreza sofreram uma inflexão nos últimos anos. A taxa de pobreza sofreu leve queda em 2018 (25,3%) em relação ao ano anterior (26,5%), mas ainda segue longe do melhor ano, em 2014 (22,8%). A taxa de extrema pobreza vem piorando desde 2012 (5,8%) e em 2018 chegou a 6,5%, ou 13,5 milhões de pessoas (NERY, 2019). O atual presidente aborda a pobreza como um infortúnio que se “prolifera” e que, portanto, deveria ser combatida com programas de natalidade controlada, inclusive esterilização (BRAGON, 2018). O Programa Bolsa Família, por exemplo, passou a sofrer recuos na cobertura (RESENDE, 2020) e, neste ano de 2020, não incluirá novos beneficiários (RESENDE, 2019).

O controle dos estoques e da oferta de recursos não-renováveis (c) possibilita o emprego produtivo do excedente e a possibilidade de reorientar a economia para fontes de energia sustentáveis (FURTADO, 1978). O modelo de exportação de produtos primários baseado em pressões ambientais como desmatamento e queimadas na Amazônia não apenas acelera a destruição de um recurso inestimável, tanto do ponto de vista financeiro como do ambiental, como não altera o tipo de inserção da economia no comércio internacional. O desmatamento na Amazônia cresceu, até novembro de 2019, 84% em relação ao mesmo período de 2018 (WATANABE, 2019). Cientistas sugerem que a floresta já perdeu cerca de 17% de sua área, e que existe um ponto de não-recuperação entre 20-25%⁹. O desmonte dos órgãos de fiscalização e gestão sob o mi-

8. “Caixa-preta vazia”, 2020

9. “The Amazon is approaching an irreversible tipping point”, 2019.

nistro do Meio Ambiente Ricardo Salles (BRANT; WATANABE, 2019b) enfatiza a falta de preocupação com tamanho perigo e sinaliza para ruralistas e garimpeiros que o governo não impedirá o avanço sobre a floresta e seus povos. Pelo contrário, a exploração econômica em terras indígenas foi promessa de campanha de Bolsonaro (BARIFOUSE, 2019). O descaso e as catástrofes ambientais são utilizadas para atacar grupos opositores, como foi o caso do derramamento de óleo no Nordeste (MOREIRA, 2019), e a série de queimadas em agosto de 2019 (URIBE, 2019).

A larga oferta de mão de obra barata (d) da qual dispõem empresas multinacionais pode ser usada como recurso de poder para barganhar melhores tipos de investimento no Brasil. Mas ao invés de aproveitá-la como recurso estratégico para estimular a incorporação de progresso técnico – “competitividade autêntica” nos termos de Fajnzylber (1989) – há um esforço para baratear esse fator de produção (“competitividade espúria”) através das reformas da Previdência (ROUBICEK, 2019b), em tramitação, e trabalhista (ROUBICEK, 2019a), aprovada durante o governo Temer. Tais reformas copiam a receita neoliberal que achatou a renda do trabalho no Brasil nos anos 1960 através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de Roberto Campos sob a ditadura de Castelo Branco.

Para Furtado (1978), a tecnologia (e) é a “trava mestra da estrutura de poder internacional”, uma vez que ela pode substituir os recursos anteriores. A construção de capacidades tecnológicas é essencial nesse âmbito. Mas a precarização da ciência brasileira mostra que os últimos governos não veem no setor um ponto chave para a economia. De fato, ainda no governo Temer já ficou clara a opção pela limitação do papel do Estado, o que foi consolidado institucionalmente através de emenda à Constituição que congela os gastos por vinte anos (ALVES; CARVALHO, 2016).

A abordagem neoliberal desses governos espera que esforços de pesquisa e desenvolvimento se deem no setor privado. Sua perspectiva ideológica reflete o fato de que um governo que nega a história ao associar nazismo à esquerda (GIELOW, 2019) e exaltar os feitos da ditadura (FERNANDES, 2019), que não esboça ações contra a crise climática (ESTEVES, 2018) e encoraja avanços do setor primário sobre a Amazônia (MAISONNAVE; ALMEIDA, 2019) não pode dar-se ao luxo de enfrentar forte contestação científica e checagem dos fatos¹⁰.

10. “Não vamos mais falar com a imprensa, pode esquecer”, afirma Bolsonaro, 2020.

Exatamente pelo papel que têm as universidades, o jornalismo, a ciência e as manifestações culturais no combate à desinformação (MARÉS; MORAES; AFONSO, 2019), tais áreas são enfatizadas nas repesálias governamentais. O ensino superior e a pesquisa acadêmica, que já vinham sofrendo cortes desde 2014 (ANGELO, 2017), desde 2016 agonizam com cortes orçamentários (SALDAÑA, 2019). O Ministério da Educação foi ocupado em 2019 por Ricardo Rodríguez. Em entrevista à *Veja* (CASTRO; VIEIRA, 2019), o agora ex-ministro, empossado por Bolsonaro para, segundo ele, lidar com o marxismo na pasta, defendeu, entre tantas, a eliminação do sistema de cotas, um dos fatores responsáveis por aproximar o perfil dos estudantes de ensino superior ao perfil da população brasileira (PINHO, 2019). Rodríguez, que afirmou que brasileiros “carregam tudo” quando viajam, foi indicado por Olavo de Carvalho, figura que influencia parte do governo Bolsonaro (BALLOUSSIER, 2018), principalmente nas questões ideológicas antiesquerda, condensadas no infame termo “marxismo cultural” (MEIRELES, 2019), também adotado pelo atual ministro Weintraub¹¹. Este, por sua vez, por um lado ataca a autonomia das universidades ao dizer que a polícia não pode entrar nos *campi* mesmo havendo plantações extensivas de maconha e produção de metanfetamina em seus laboratórios (BERMÚDEZ, 2019). Por outro, numa ação que pode ser vista como uma tentativa de precarizar universidades para futura privatização, o ministro busca implementar um mecanismo de financiamento próprio baseado em captação junto às empresas para promover pesquisa e desenvolvimento (DAGNINO; ROMÃO; BEZERRA, 2019).

A liberdade de imprensa sofre crescentes ataques¹², entre os quais a denúncia do Ministério Público contra Glenn Greenwald¹³, já rejeitada pela justiça, teve destaque internacional. O Ministério da Cultura, do qual Celso Furtado foi o primeiro ministro quando a pasta foi criada em 1985, foi extinto e incorporado por outra pasta em novembro de 2019. Tais ações enfraquecem tanto a oposição ao governo atual quanto a construção de fortes capacidades tecnológicas nacionais.

Para além da associação subordinada do governo Bolsonaro aos Estados Unidos, realçada pelas simbólicas continências do presidente ex-militar ao secretário

11. “Novo ministro da Educação, Weintraub defende expurgo do ‘marxismo cultural’”, 2019.

12. “Ataques à liberdade de imprensa explodem com Bolsonaro”, 2020.

13. “The Guardian view on the case against Glenn Greenwald”, 2020.

e à bandeira norte-americanos (FISHMAN; OLLIVEIRA, 2017), o que buscou-se mostrar nesta seção é ilustrar que o modelo de desenvolvimento dos governos Temer e Bolsonaro reforça a situação periférica brasileira ao enfraquecer os “recursos de poder”, os quais Furtado (1978) defende como contestação à dependência. Esse enfraquecimento enfrenta, é claro, oposição de diferentes atores da sociedade. Mas a escalada autoritária e reacionária dos governos Temer e Bolsonaro, em especial, a “revolução cultural” em marcha, como apregoada pelo atual governo, atacam a ainda jovem dinâmica democrática brasileira e parecem se impor como forma de barrar avanços sociais que permitem a contestação do modelo de desenvolvimento instalado no Brasil.

À medida que setores mais marginalizados da sociedade brasileira ganham voz nas discussões políticas, uma escalada conservadora e autoritária passa a também atuar no cenário político. A representatividade de tais setores, antes ausentes das decisões políticas, representa aquilo que Furtado defendia como passo fundamental para que uma sociedade possa, em conjunto e democraticamente, debater sobre os fins do desenvolvimento.

Como coloca Furtado (1978), a criatividade traz em si um elemento de poder, de decisão sobre como se comportar e, por consequência, de contestação. Para o autor, é a criatividade que permite que cidadãos alcancem seus objetivos individuais, além de fornecer bases para a construção do debate sobre os fins da sociedade, sobre o que deve-se entender como desenvolvimento. Nesse processo, tem papel essencial os grupos marginalizados pelo processo de modernização. São tais setores da sociedade que preservam as raízes culturais mais firmes em seus contextos locais e que menos são expostos a valores importados estranhos à cultura brasileira. O que o discurso e as ações de Temer e Bolsonaro parecem acentuar é um esforço contrário ao direito de criatividade, principalmente dos menos abastados. Bolsonaro sinaliza, através de um *filtro*, termo utilizado pelo próprio, que somente o que eles entendem como *cultura* será financiado (FIORATTI, 2020). Não demorou para que o exacerbado nacionalismo tomasse roupagem fascista: o agora ex-secretário da Cultura Alvim copiou a estética e o discurso do ministro da Propaganda de Hitler¹⁴ para ilustrar o tipo de arte que não sofrerá censura.

14. “Em vídeo, Alvim copia Goebbels e provoca onda de repúdio nas redes sociais”, 2020

A ameaça autoritária assusta (BUARQUE *et al.*, 2020). A militarização dos ministérios gera instabilidade nos demais poderes pelo medo de isolamento do poder executivo e polarização (URIBE; FERNANDES; CHAIB, 2020). Isso de fato dá mostras de ocorrer, como mostra o incentivo de Bolsonaro às manifestações contra o Congresso, que recebeu críticas do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno (ONOFRE; MATTOSO, 2020). Tais “ensaios de ruptura institucional” (MAGNOLI, 2020) diminuem a possibilidade de um debate democrático sobre os rumos do país para além do que está sendo proposto pelo governo atual.

Em meio a uma pandemia, e na contramão das ações de líderes mundiais e dos governos estaduais, Bolsonaro se aliena ao se posicionar contra o isolamento social diante da crise global do COVID-19. Suas ações são vistas como irresponsáveis no cenário interno e externo, causando até mesmo violação das regras do Twitter, Facebook e Instagram, uma vez que descoladas das recomendações da Organização Mundial da Saúde. No cenário econômico também não é diferente. As medidas propostas no Brasil não acompanham o esforço que outros países anunciam. O mote da campanha anti-isolamento, “O Brasil não pode parar”, parece mostrar a clara opção do governo Bolsonaro pela manutenção das atividades econômicas em detrimento da vida de milhares de brasileiros e do possível colapso no sistema de saúde público. Celso Furtado certamente se chocaria com as mutações do subdesenvolvimento brasileiro, pois a irracionalidade da elite nacional parece ter chegado ao extremo da inadequação dos meios aos fins. Aqui, a crueldade e a barbárie extrapolam qualquer arcabouço analítico pautado pela teoria da dependência, posto que ela se limita a investigar civilizações subdesenvolvidas, e a índole bolsonarista é, quando muito, pré civilizatória. A desconstrução nacional se acelera no limiar do século XXI, com as anomalias patológicas do Brasil se exacerbando, provocadas pela nossa própria doença, a idiossincrática dependência institucional-cognitiva.

5. Considerações finais

O presente artigo almejou evidenciar o turbulento processo de desconstrução nacional a subjugar o Brasil, buscando esclarecer os seus contornos estruturais e apresentar a sua intensificação em tempos recentes. Argumentou-se que a construção inter-

rompida, observada por Furtado no início dos anos 1990, se prostra enquanto tragédia econômica até os dias de hoje, a julgar pelo definhamento do tecido produtivo nacional, e pior, aparenta ter na desconstrução econômica o seu próximo ato. É a isso que a desgovernança autoritária hodierna parece servir, embora inconsciente de sua funesta condição – a de serviçal do subdesenvolvimento. A dependência cultural, aqui chamada de institucional-cognitiva, impele seus agentes subordinados a um padrão de comportamento social que, além de coletivamente irracional, hoje é marcadamente truculento e intolerante. Aliás, precisamente por legitimar o ilegítimo – e ressaltamos: de uma forma que não se via há anos, que o combate ao subdesenvolvimento é tão urgente. Nossa contribuição, por ora, apresenta-se nesse artigo. Nele, resumimos os principais atributos estruturais e conjunturais da desconstrução brasileira, à vista dos quais argumentamos em favor do embrionário conceito de dependência institucional-cognitiva.

Referências

- ALVES, D.; CARVALHO, D. Senado aprova PEC do Teto, que limita gastos do governo por até 20 anos. *Folha de S. Paulo*, 13 dez. 2020. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840989-senado-aprova-pec-do-teto-que-limita-gastos-do-governo-nos-proximos-20-anos.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- ANGELO, C. Brazilian scientists reeling as federal funds slashed by nearly half. *Nature*, 3 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.nature.com/news/brazilian-scientists-reeling-as-federal-funds-slashed-by-nearly-half-1.21766>>. Acesso em: 27 set. 2019.
- AREND, M.; FAGOTTI, V.; MOREIRA, A. *Cultura e histerese institucional: a dependência furtadiana como uma instituição histórica*. Nova Economia. 2020. No prelo.
- AREND, M.; GUERREIRO, G. *Boletim do Observatório da Indústria - Ano 3*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2019. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201911111028280.Observatorio-da-industria-3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BALLOUSSIER, A. V. Militares falharam em não combater comunismo, diz Olavo de Carvalho em 1ª Cúpula Conservadora. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/militares-falharam-em-combater-comunismo-diz-olavo-de-carvalho-em-1a-cupula-conservadora.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- BARIFOUSE, R. “Governo federal incentiva garimpo em terras indígenas”, diz senador Randolf Rodrigues. *Folha de S. Paulo*, 28 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/>>

- governo-federal-incentiva-garimpo-em-terras-indigenas-diz-senador-randolfe-rodrigues.shtml>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- BERMÚDEZ, A. C. Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha. *Uol*, 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/22/weintraub-ha-plantacoes-extensivas-de-maconha-em-universidades-federais.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- BLYTH, M. et al. Introduction to the Special Issue on the Evolution of Institutions. *Journal of Institutional Economics*, vol. 7, n. 3, p. 299–315, set. 2011.
- BOLDRINI, A. Câmara cria nova CPI para investigar irregularidades no BNDES. *Folha de S. Paulo*, 25 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/camara-cria-nova-cpi-para-investigar-irregularidades-no-bndes.shtml>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- BRAGON, R. Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- BRANT, D.; WATANABE, P. Diretor do Inpe será exonerado após críticas do governo a dados de desmate. *Folha de S. Paulo*, 2 ago. 2019a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- _____; _____. Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte. *Folha de S. Paulo*, 24 dez. 2019b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/salles-muda-politica-ambiental-do-brasil-e-provoca-desmonte.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- BUARQUE, C. et al. Democracy and freedom of expression are under threat in Brazil. *The Guardian*, 7 fev. 2020.
- Caixa-preta vazia. *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/editorial/2020/01/caixa-preta-vazia.shtml>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- CASTRO, G.; VIEIRA, M. C. Faxina ideológica. *Veja*, 1 fev. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- CHANG, H. J.; EVANS, P. The Role of Institutions in Economic Change. In: PAULA, S. de; DIMSKY, G. A. (Ed.). *Reimagining growth: towards a renewal of Development Theory*. Chicago: Chicago University Press, 2005. p. 99-129.
- DAGNINO, R.; ROMÃO, W.; BEZERRA, R. Future-se e o aporte de recursos de empresas. *Diplomatique*, 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/future-se-e-o-aporte-de-recursos-de-empresas/>>. Acesso em: 1 out. 2019.
- DUGGER, W. M. Radical institutionalism: basic concepts. *Review of Radical Political Economics*, vol. 20, n. 1, p. 1-20, 1 mar. 1988.
- _____. Power: an institutional framework of analysis. *Journal of Economic Issues*, Abingdon-on-thames, vol. 14, n. 4, p. 897-907, dez. 1980.
- Em vídeo, Alvim copia Goebbels e provoca onda de repúdio nas redes sociais. *Folha de S. Paulo*, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/em-video-alvim-cita-goebbels-e-provoca-onda-de-repudio-nas-redes-sociais.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

- ESTEVES, B. E se o Brasil sair do Acordo de Paris? *Folha de S. Paulo*, 16 out. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/e-se-o-brasil-sair-do-acordo-de-paris/>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- FAJNZYLBER, F. Sobre la impostergable transformación productiva de América Latina. *Pensamiento iberoamericano*, n. 16, p. 85–130, 1989.
- FENAJ. Ataques à liberdade de imprensa explodem com Bolsonaro, 14 jan. 2020. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/ataques-a-imprensa-explodem-com-bolsonaro/>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- FERNANDES, T. Bolsonaro volta a chamar Ustra de “herói nacional” e recebe viúva no Planalto. *Folha de S. Paulo*, 8 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-volta-a-chamar-ustra-de-heroi-nacional-e-recebe-viuva-no-planalto.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- FIORATTI, G. Ao lado de Bolsonaro, Alvim anuncia editais de cultura para rever a história do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/ao-lado-de-bolsonaro-avim-anuncia-editais-de-cultura-para-rever-a-historia-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- FISHMAN, A.; OLLIVEIRA, C. Nos EUA, Jair Bolsonaro oferece promessas vagas para empresários e “carta branca para a polícia matar”. *The Intercept*, 10 out. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/10/10/jair-bolsonaro-eua-policia-matar/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- FLEETWOOD, S. Structure, institution, agency, habit, and reflexive deliberation. *Journal of Institutional Economics*, [s.l.], vol. 4, n. 2, p.183-203, ago. 2008. Cambridge University Press (CUP).
- FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 9, p.26-55, set. 2001.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. A invenção do subdesenvolvimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 15, n. 2 (58), p. 5–9, jun. 1995.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GIELOW, I. Bolsonaro volta a dizer que nazismo é de esquerda e se irrita com imprensa em Israel. *Folha de S. Paulo*, 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/bolsonaro-se-irrita-e-bate-boca-com-imprensa-em-israel.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. *Journal of Economic Psychology*, [s.l.], vol. 25, n. 5, p. 651-660, out. 2004.
- _____. The Approach of Institutional Economics. *Journal of Economic Literature*, Nashville, vol. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998.
- LANE, D.; MALERBA, F.; MAXFIELD, R.; ORSENIGO, L. Choice and action. *Journal of Evolutionary Economics*, Berlim, vol. 6, n. 1, p. 43-76, abr. 1996.

- MAGNOLI, D. Com fórmula “Povo e Exército”, Bolsonaro inspira-se no chavismo para ensaiar ruptura institucional. *Folha de S. Paulo*, 29 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2020/02/com-formula-povo-e-exercito-bolsonaro-inspira-se-no-chavismo-para-ensaiar-ruptura-institucional.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- MAISONNAVE, F.; ALMEIDA, L. DE. Sob Bolsonaro, ex-seringueiros aceleram desmatamento e a troca de extrativismo por gado. *Folha de S. Paulo*, 6 mar. 2020. Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/amazonia-sob-bolsonaro/a-segunda-morte-de-chico-mendes/sob-bolsonaro-ex-seringueiros-aceleram-desmatamento-e-a-troca-de-extrativismo-por-gado.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- MARÉS, C.; MORAES, M.; AFONSO, N. Bolsonaro na ONU: checamos o discurso do presidente na Assembleia Geral. *Folha de S. Paulo*, 24 set. 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/09/24/bolsonaro-onu/>>. Acesso em: 6 mar. 2020
- MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. Beyond market failures: the market creating and shaping roles of state investment banks. *Journal of Economic Policy Reform*, vol. 19, n. 4, p. 305–326, 1 out. 2016.
- MEIRELES, M. Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratória sobre marxismo cultural. *Folha de S. Paulo*, 13 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/bolsonarismo-importa-dos-eua-teoria-conspiratoria-sobre-marxismo-cultural.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- MOREIRA, M. Salles usa imagem antiga para insinuar que Greenpeace seria culpado por óleo no NE. *Folha de S. Paulo*, 24 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/salles-usa-imagem-antiga-para-insinuar-que-greenpeace-seria-culpado-por-oleo-no-ne.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- “Não vamos mais falar com a imprensa, pode esquecer”, afirma Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 5 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/nao-vamos-mais-falar-com-a-imprensa-pode-esquecer-afirma-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- NERY, C. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. *IBGE*, 6 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- NORTH, D. C. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, Nashville, vol. 5, n. 1, p. 97-112, jul. 1991.
- _____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, Nashville, vol. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994.
- Novo ministro da Educação, Weintraub defende expurgo do “marxismo cultural”. *Folha de S. Paulo*, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/novo-ministro-da-educacao-weintraub-defende-expurgo-do-marxismo-cultural.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- ONOFRE, R.; MATTOSO, C. Ato com grupos autoritários é incentivado por Bolsonaro e gera repúdio. *Folha de S. Paulo*, 25 fev.2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ato-com-grupos-autoritarios-e-incentivado-por-deputados-bolsonaristas-e-gera-repudio.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

- PAMPLONA, N. Presunção de culpa substituiu a presunção de inocência no Brasil, diz Luciano Coutinho. *Folha de S. Paulo*, 22 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/presuncao-de-culpa-substituiu-a-presuncao-de-inocencia-no-brasil-diz-luciano-coutinho.shtml>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- PINHO, A. Crise e cortes freiam redução de desigualdade no ensino superior. *Folha de S. Paulo*, 14 mai. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/crise-e-cortes-freiam-reducao-de-desigualdade-no-ensino-superior.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- RESENDE, T. Governo Bolsonaro não prevê novos atendidos pelo Bolsa Família em 2020. *Folha de S. Paulo*, 2 dez 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/governo-bolsonaro-nao-preve-novos-atendidos-pelo-bolsa-familia-em-2020.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- _____. Bolsonaro trava Bolsa Família em cidades pobres e fila chega a 1 milhão. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/bolsonaro-trava-bolsa-familia-em-cidades-pobres-e-fila-chega-a-1-milhao.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- ROUBICEK, M. Como ficou o emprego dois anos após a reforma trabalhista. *Nexo*, 7 nov. 2020 Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/07/Como-ficou-o-emprego-2-anos-ap%C3%B3s-a-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- _____. A reforma da Previdência foi aprovada: quais seus efeitos na economia. *Nexo*, 22 out. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/22/A-reforma-da-Previd%C3%Aancia-foi-aprovada-quais-seus-efeitos-na-economia>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- SALDAÑA, P. Orçamento de Bolsonaro para 2020 tira metade dos recursos do MEC para pesquisa. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/orcamento-de-bolsonaro-para-2020-tira-metade-dos-recursos-do-mec-para-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- SETTERFIELD, M. A model of institutional hysteresis. *Journal of Economic Issues*, Abingdon, vol. 27, n. 3, p. 755-774, set. 1993.
- STEIN, J. How Institutions Learn: A Socio-Cognitive Perspective. *Journal of Economic Issues*, [s.l.], vol. 31, n. 3, p.729-740, set. 1997.
- The Amazon is approaching an irreversible tipping point. *The Economist*, 1 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.economist.com/briefing/2019/08/01/the-amazon-is-approaching-an-irreversible-tipping-point>>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- The Guardian view on the case against Glenn Greenwald: an outrage in Brazil and beyond. *The Guardian*, 24 jan. 2020.
- URIBE, G. Sem provas, Bolsonaro diz que queimadas podem ter sido provocadas por ONGs. *Folha de S. Paulo*, 21 ago.2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-diz-que-queimadas-podem-ter-sido-causadas-por-ongs.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- URIBE, G.; FERNANDES, T.; CHAIB, J. Palácio do Planalto militarizado sob Bolsonaro incomoda Legislativo. *Folha de S. Paulo*, 14 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/palacio-do-planalto-militarizado-sob-bolsonaro-incomoda-legislativo.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

VEBLÉN, T. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions*. New American Library, 1953.

WATANABE, P. Desmatamento na Amazônia cresce 104% em novembro, aponta Inpe. *Folha de S. Paulo*, 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/desmatamento-na-amazonia-cresce-104-em-novembro.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, Cambridge, vol. 46, n. 2, p. 391-425, abr. 1992.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. *Journal of Economic Literature*, Nashville, vol. 38, n. 3, p. 595-613, set. 2000.

ZYSMAN, J. How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, vol. 3, n. 1, p. 243-283, mar. 1994.

